

HABEAS CORPUS Nº 533.935 - SP (2019/0278429-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : ROBERTO KASSIM JUNIOR
ADVOGADO : ROBERTO KASSIM JÚNIOR - SP193472
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOSE SANTORO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIMES DE FURTO QUALIFICADO, RECEPÇÃO QUALIFICADA, FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO, USO DE DOCUMENTO FALSO, ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. ATRASO QUE NÃO É EXACERBADO. INEXISTÊNCIA DE DESÍDIA DO JULGADOR NA CONDUÇÃO DO FEITO. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO MARCADA PARA DATA PRÓXIMA. *HABEAS CORPUS* DENEGADO, COM RECOMENDAÇÃO DE URGÊNCIA NA CONCLUSÃO DO FEITO.

1. O Paciente foi preso em flagrante, no dia 19/11/2018, e denunciado como incurso nos arts. 155, § 4º, inciso III; 180, § 1º, 297, 304 e 311, todos do Código Penal, além do art. 2º da Lei n.º 12.850/2013, porque teria se associado em organização criminosa com os corréus para o fim de praticar comércio ilegal de peças de veículos furtados.

2. Somente se cogita da existência de constrangimento ilegal, quando o excesso de prazo for motivado pelo descaso injustificado do Juízo, o que não se verifica na presente hipótese, em que o atraso no encerramento da instrução criminal não extrapolou os limites da razoabilidade.

3. Ademais, consoante informações disponibilizadas no endereço eletrônico da Corte *a quo*, o feito aguarda apenas a vinda das cartas precatórias e a oitiva das testemunhas de Defesa ausentes, que já tiveram condução coercitiva designada para o dia 29/01/2020, o que indica que a instrução deve ser encerrada em breve e, por conseguinte, afasta a concretização de constrangimento ilegal por desídia estatal.

4. Ordem de *habeas corpus* denegada, com recomendação de urgência no julgamento do Paciente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas

Superior Tribunal de Justiça

a seguir, por unanimidade, denegar a ordem, com recomendação, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora